

Central Eólica São Cristóvão S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Central Eólica São Cristóvão S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica São Cristóvão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	75	1.509
Cauções e depósitos vinculados	4	308	669
Contas a receber de clientes	5	915	2.990
Contas a receber partes relacionadas		975	2.325
Estoques	6	3.388	2.491
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		174	263
Outros tributos a recuperar		29	146
Outros ativos		630	53
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.494	10.446
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	4	1.931	14.429
Tributos diferidos		671	661
Outros ativos		976	130
Imobilizado, líquido	7	94.277	91.726
Intangível, líquido		303	262
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		98.158	107.208
TOTAL DO ATIVO		104.652	117.654
	Notas	2023	2022
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		1.335	2.166
Empréstimos e financiamentos	8	5.790	5.750
Contas a pagar partes relacionadas		2.375	537
Conta de ressarcimento	9	3.644	4.119
Passivo de arrendamento		124	145
Imposto de renda e contribuição social a pagar		228	463
Outros tributos a pagar		186	215
Dividendos a pagar		51	51
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		13.733	13.446
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	33.834	39.057
Conta de ressarcimento	9	33.656	28.284
Passivo de arrendamento		1.937	2.322
Provisão para desmobilização		1.204	7.573
Outras obrigações		57	58
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		70.688	77.294
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito		59.312	56.532
Prejuízos acumulados		(39.081)	(29.618)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	20.231	26.914
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		104.652	117.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	11	13.906	14.652
Custo de produção e operação de energia	12	<u>(14.762)</u>	<u>(12.602)</u>
LUCRO BRUTO		<u>(856)</u>	<u>2.050</u>
Gerais e administrativas		(392)	(1.892)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(1.863)</u>	<u>121</u>
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(2.255)</u>	<u>(1.771)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		<u>(3.111)</u>	<u>279</u>
Receitas financeiras		940	1.832
Despesas financeiras		<u>(6.395)</u>	<u>(7.000)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	<u>(5.455)</u>	<u>(5.168)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		<u>(8.566)</u>	<u>(4.889)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.289)	(1.367)
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>392</u>	<u>303</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	<u>(897)</u>	<u>(1.064)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(9.463)</u>	<u>(5.953)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		
Outros resultados abrangentes	(9.463)	(5.953)
	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(9.463)	(5.953)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		49.332	(23.665)	25.667
Prejuízo do exercício		-	(5.953)	(5.953)
Aumento de capital subscrito		7.200	-	7.200
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	56.532	(29.618)	26.914
Prejuízo do exercício		-	(9.463)	(9.463)
Aumento de capital social		14.780	-	14.780
Redução de capital social		(12.000)	-	(12.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	59.312	(39.081)	20.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(9.463)	(5.953)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	13	4.916	3.546
Atualização da provisão para desmobilização	14	355	-
Atualização monetária ressarcimento	14	697	-
Juros sobre arrendamento	14	203	204
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	14	(566)	(1.518)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	14	-	(273)
Encargos financeiros de dívidas	14	4.140	4.499
Tributos e contribuições sociais diferidos		(10)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	7	2.754	-
		3.026	505
Variação de ativos e passivos operacionais		5.233	10.947
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	541
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	8	(3.715)	(4.141)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(146)	(5.681)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	11.215
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(203)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		4.195	13.386
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(16.092)	(9.757)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		(15)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(16.107)	(9.757)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(5.953)	(5.896)
Custos de empréstimos (custo de transação e prêmios)		345	342
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		13.440	(3.664)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(134)	(136)
Aumento de capital social		14.780	7.200
Redução de capital social	10	(12.000)	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		10.478	(2.154)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.434)	1.475
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.509	34
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		75	1.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Central Eólica São Cristóvão S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Trairi – Ceará, no Núcleo Rural Curimas s/n, Zona Rural, CEP 62690-000, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica São Cristóvão, no município de Trairi, Estado do Ceará.

A Companhia é controlada diretamente pela Santos Energia Participações S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

A companhia possui junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorizações e registro de geração:

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
São Cristóvão	12º LEN/2011	411/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	13	26,0	11,1
Subtotal							13	26,0	11,1

(i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
12º LEN/2011	Distribuidoras	113.004	209,33	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro

(i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$ 7.239 (R\$3.002 em 2022) está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	75	1.509
Subtotal	75	1.509
Total	75	1.509

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2023	2022
Circulante		
Garantias de financiamento (i)	308	669
Subtotal	308	669
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	1.896	14.412
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	35	17
Subtotal	1.931	14.429
Total	2.239	15.098

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, e as aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$ 2.204 está aplicado em CDB's, a rentabilidade média apurada foi de 100,32% do CDI (100,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação dos cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.208
Adições	19.617
Atualização monetária	1.226
Baixas e resgates	(15.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.098
Adições	3.502
Atualização monetária	566
Baixas e resgates	(16.927)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.239
Circulante	308
Não Circulante	1.931

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	369	2.863
Mercado de curto prazo	546	127
Total	915	2.990

6 ESTOQUES

	2023	2022
Almoxarifado	3.388	2.491
Total	3.388	2.491

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado"

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,15%	30.408	(12.476)	17.932
Máquinas e equipamentos	4,22%	96.566	(35.946)	60.620
Móveis e utensílios e outros	7,10%	126	(47)	79
Imobilizado em serviço		126.974	(48.422)	78.552
Imobilizado em curso (i)		13.921	-	13.921
Bens vinculados às concessão e autorizações		141.021	(48.469)	92.552
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	7,14%	2.579	(854)	1.725
Total Imobilizado		143.600	(49.323)	94.277

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 14 anos e depreciados a uma taxa média de 7,14%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Baixas	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.408	-	-	-	-	30.408
Máquinas e equipamentos	94.948	-	(7.537)	(4.405)	13.560	96.566
Móveis e utensílios e outros	126	-	-	-	-	126
Imobilizado em serviço	125.482	-	(7.537)	(4.405)	13.560	127.100
Imobilizado em curso	9.243	16.092	-	-	(11.414)	13.921
Bens vinculados às concessão e autorizações	134.725	16.092	(7.537)	(4.405)	2.146	141.021
Direito de uso de terreno arrendado	2.853	-	(274)	-	-	2.579
Subtotal	137.578	16.092	(7.811)	(4.405)	2.146	143.600
Depreciação / Amortização arrendamento	(45.852)	(4.888)	185	1.651	(419)	(49.323)
Total Imobilizado	91.726	11.204	(7.626)	(2.754)	1.727	94.277

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	17	-	-	(17)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.138	-	-	1.270	30.408
Máquinas e equipamentos	87.804	-	2.853	4.291	94.948
Móveis e utensílios e outros	57	-	-	69	126
Imobilizado em serviço	117.016	-	2.853	5.613	125.482
Imobilizado em curso	4.289	9.757	-	(4.803)	9.243
Bens vinculados às concessão e autorizações	121.305	9.757	2.853	810	134.725
Direito de uso de terreno arrendado	2.651	202	-	-	2.853
Subtotal	123.956	9.959	2.853	810	137.578
Depreciação / Amortização arrendamento	(42.060)	(3.592)	128	(328)	(45.852)
Total Imobilizado	81.896	6.367	2.981	482	91.726

(i) O valor de R\$ 1.727 refere-se a reclassificações de estoque para o imobilizado. O valor de R\$ 482 em 2022 refere-se a reclassificação de intangível para imobilizado.

- (ii) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$6.722.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2023							
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDES - São Cristóvão	2030	5.984	151	(345)	5.790	35.902	(2.068)	33.834	39.624
Total da dívida		5.984	151	(345)	5.790	35.902	(2.068)	33.834	39.624

		2022							
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDES - São Cristóvão	2030	5.924	171	(345)	5.750	41.469	(2.412)	39.057	44.807
Total da dívida		5.924	171	(345)	5.750	41.469	(2.412)	39.057	44.807

8.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.003
Encargos financeiros	4.135
Variação monetária	364
Pagamento de principal	(5.896)
Pagamento de encargos financeiros	(4.141)
Diferimento de custos de transação	(3)
Amortização de custos de transação	345
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.807
Encargos financeiros	3.689
Variação monetária	451
Pagamento de principal	(5.953)
Pagamento de encargos financeiros	(3.715)
Diferimento dos custos de transação	(3)
Amortização dos custos de transação	348
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.624

8.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNDES	80.129	29/04/2014	TJLP + 2,45%	Mensal	Mensal	39.624	Dezembro de 2030	Construção do Parque Eólico São Cristóvão

8.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos	Custos de transação	Total
2025	5.984	(345)	5.639
2026	5.984	(345)	5.639
2027	5.984	(345)	5.639
2028	5.984	(345)	5.639
2029	5.984	(345)	5.639
Após 2030	5.982	(343)	5.639
Total	35.902	(2.068)	33.834

8.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - BNDES	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

9 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	3.644	4.119
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	33.656	28.284
Total passivo	37.300	32.403

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(19.259)
Adição / reversão	(11.850)
Atualização monetária	(1.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(32.403)
Adição / reversão	(11.153)
Amortização	6.953
Atualização monetária	(697)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(37.300)

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a ABEEólica e ABSOLAR, em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off.

Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Central Eólica São Cristóvão S.A. é composto como segue:

	2023		2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Santos Energia Participações S.A.	59.312.000	100	56.532.000	100
	59.312.000	100	56.532.000	100

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$59.312 (R\$56.532 em 31 de dezembro de 2022), composto pelas 59.312.000 (56.532.000 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 09 de março de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$12.000, dividido em 12.000.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de junho de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$6.085, dividido em 6.085.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de setembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$4.560, dividido em 4.560.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 20 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$3.810, dividido em 3.810.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 29 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$325, dividido em 325.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de

desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconheceu a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Contratos bilaterais	19.375	23.150
Ressarcimento de energia	(5.808)	(11.850)
Mercado de curto prazo	1.395	-
Partes relacionadas (i)	-	2.285
Crédito de carbono	-	1.218
Outras receitas	-	1.158
Receita operacional bruta	14.962	15.961
(-) PIS e COFINS	(416)	(585)
(-) ICMS	(640)	(723)
Receita operacional líquida	13.906	14.652

- (i) Refere-se a venda de energia celebrada entre a Companhia e a AES Brasil Operações S.A.

12 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas	(1.397)	(3.436)
Mercado de curto prazo	(23)	(3)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.358)	(1.219)
Taxa de fiscalização ANEEL	(113)	(102)
Subtotal	(2.891)	(4.760)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(5.655)	(2.090)
Material	(1.149)	(1.905)
Depreciação e amortização	(4.916)	(3.546)
Seguros	-	(258)
Arrendamentos e aluguéis	(15)	(12)
Contribuições setoriais	(136)	(16)
Outros custos operacionais	-	(15)
Subtotal	(11.871)	(7.842)
Total	(14.762)	(12.602)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	351	1.805
Variações monetárias	578	-
Variações cambiais	7	-
Outras receitas financeiras	4	27
Subtotal	940	1.832
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(4.485)	(4.841)
Atualização ressarcimento	(697)	(1.294)
Juros sobre arrendamento	(203)	(204)
Atualização de provisão para desmobilização	(354)	(423)
Tarifas e encargos bancários	(45)	(7)
Outras despesas financeiras	(611)	(230)
Subtotal	(6.395)	(7.000)
Total Líquido	(5.455)	(5.168)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é

calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	24.104	24.644	24.104	24.644
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Receita operacional de crédito de carbono	-	1.218	-	1.218
Alíquota de lucro presumido de crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Lucro presumido	1.928	2.362	2.893	3.347
Outras receitas	1.681	1.470	1.681	1.470
Outros ajustes	-	-	-	-
Base de cálculo	3.609	3.832	4.574	4.817
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(541)	(575)	(412)	(433)
Adicional (10%)	(336)	(359)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(877)	(934)	(412)	(433)
IRPJ e CSLL diferido	255	197	137	106
IRPJ e CSLL no resultado	(622)	(737)	(275)	(327)
Alquota efetiva	7,26%	15,07%	3,21%	6,69%

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	75	75	1.509	1.509	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	4	2.239	2.239	15.098	15.098	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	5	915	915	2.990	2.990	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas		975	975	2.325	2.325	Custo amortizado
Total		4.204	4.204	21.922	21.922	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.335	1.335	2.166	2.166	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	8	39.624	39.624	44.807	44.807	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		2.375	2.375	537	537	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	9	37.300	37.300	32.403	32.403	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		2.061	2.061	2.467	2.467	Custo amortizado
Dividendos a pagar		51	51	51	51	Custo amortizado
Total		82.746	82.746	82.431	82.431	

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos

abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	75	1.509
Contas a receber de clientes	915	2.990
Contas a receber partes relacionadas	975	2.325
Cauções e depósitos vinculados	2.239	15.098
Total	4.204	21.922

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	39.624	44.807
Caixa e equivalentes de caixa	(75)	(1.509)
Cauções (garantias de financiamentos)	(2.239)	(15.098)
Dívida líquida	37.310	28.200
Patrimônio líquido	20.231	26.914
Dívida líquida / Patrimônio líquido	184,42%	104,78%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 8.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	1.335	-	-	-	-	1.335	2.166
Empréstimos e financiamentos	2.349	6.906	17.110	22.219	6.458	55.042	44.807
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	2.375	-	-	2.375	537
Passivo de arrendamento	32	126	140	522	1.343	2.163	2.467
Total	3.716	7.032	19.625	22.741	7.801	60.915	49.977

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Cauções e depósitos vinculados	2.239	15.098
Empréstimos e financiamentos	(42.037)	(47.564)
Passivo de arrendamento	(2.061)	(2.467)
Total	(41.859)	(34.933)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(37.300)	(724)	(1.085)	(1.447)	(1.809)	(2.171)
Impacto no resultado			(724)	(1.085)	(1.447)	(1.809)	(2.171)
Total da exposição líquida			(724)	(1.085)	(1.447)	(1.809)	(2.171)

Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES	TJLP	(42.037)	(2.336)	(2.945)	(3.556)	(4.166)	(4.774)
Impacto no resultado			(2.336)	(2.945)	(3.556)	(4.166)	(4.774)
Total da exposição líquida			(2.336)	(2.945)	(3.556)	(4.166)	(4.774)

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"), conforme nota explicativa nº 8.

O montante relacionado a Dívida apresentado na tabela acima não contempla os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições

elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58, e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistêmica do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são *constrained-off* para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de *constrained-off*. Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.